

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 00348/2006

Pelo presente instrumento, por um lado a **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por seu Diretor de Fiscalização, Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, doravante denominada **ANS**, e por outro lado a operadora de planos privados de assistência à saúde denominada **Unimed de Birigui Cooperativa de Trabalho Médico**, inscrita na ANS sob o nº 34.577-6, inscrita no CNPJ sob o nº 65.732.836/0001-26, com sede na cidade de Birigui, na Praça Américo Fiorotto, nº 310, Centro, São Paulo, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. Elias Antônio Neto, brasileiro, separado, médico, portador da cédula de identidade nº 49.008 expedido pelo CRM, inscrito no CPF sob o nº 063.692.668-09 e por seu Diretor Superintendente Sr. Edson Luiz Bianospino, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 8.023.411, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 055.776.768-78 com poderes para firmar compromissos em nome da operadora, nos termos da Ata de Assembléia Geral Ordinária e do Estatuto Social, documentos estes juntados aos autos do Processo Administrativo de nº 33902.155536/2005-70, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no inciso XXXIX do artigo 4º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 29 da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998, e na forma da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC nº 57, de 19 de fevereiro de 2001,

considerando que a **ANS**, na forma de suas competências legais, está autorizada a celebrar, no âmbito dos processos administrativos sancionadores, compromisso de ajuste de conduta, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 9656/1998;

considerando a existência do Processo Administrativo de caráter sancionador, instaurado sob o nº 33902.214726/2003-74, com o objetivo de apurar condutas infrativas imputadas à **COMPROMISSÁRIA**;

considerando a necessidade de adequação das condutas em apuração no referido processo às normas estabelecidas pela Lei 9.656/98 e sua regulamentação, bem como a necessidade de se evitar a prática reiterada destas condutas por parte da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando-se, assim, atender ao interesse público visado com a regulação do mercado de saúde suplementar;

considerando, finalmente, o interesse da **COMPROMISSÁRIA**, ainda que não reconheça a ilicitude das condutas em apuração, em assumir obrigações positivas e negativas que assegurem sua plena regularização perante esta Agência Reguladora;

resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, aprovado pela Diretoria Colegiada da **ANS** na 147ª Reunião, realizada em 13 de novembro de 2006, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Termo tem por objeto o ajustamento de condutas em apuração no Processo Administrativo nº 33902.214726/2003-74, instaurado em decorrência de fiscalização do Programa Olho Vivo, pela Gerência-Geral de Fiscalização Planejada/DIFIS, resultando na lavratura do Auto de Infração de n.º 11038 em razão da constatação de cláusulas contratuais em desconformidade com a legislação, verificadas na comercialização dos produtos provisoriamente registrados na **ANS** sob os números 417.055/99-5 comercializado por meio do contrato designado HOSA 00, correspondente aos seguintes dispositivos:

- a. **Cláusula 3.4.1 e 3.4.3** – Deixar de cumprir norma de regulação ao exigir apresentação do comprovante de pagamento, em inobservância ao disposto na CONSU 08, de 03/11/98, art. 2º, inciso V, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 1º, §1º, alínea d;
- b. **Cláusula 3.4** - deixar de garantir a cobertura para atendimento dos casos de urgência e emergência, limitadas até as primeira 12 (doze) horas, quando o beneficiário estiver em carência, em inobservância ao disposto CONSU 13 de 03/11/98, art. 2º e art. 3º, §1º, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 35-C;
- c. **Cláusula 3.3.3 e 3.4.1** – deixar de garantir cobertura para urgência e emergência decorrente de acidente pessoal, sem restrições, após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da vigência do contrato, em inobservância a CONSU 13 de 03/11/98, art. 3º, § 2º, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 35-C, inciso II e parágrafo único;
- d. **Cláusula 11 e proposta de adesão** – estabelecer data de início de vigência do contrato em desacordo com a legislação, nos “espelhos de contrato”, em inobservância ao disposto a Lei nº 9.656/98, art. 16, inciso II;
- e. **Cláusula 3.5.2** – estabelecer prazo de carência superior ao máximo permitido, de 180 (cento e oitenta) dias, em inobservância ao disposto na Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso V, *alínea b*;
- f. **Cláusula 3** – deixar de garantir a cobertura para todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e problemas relacionados com a saúde – CID 10, em inobservância a Lei nº 9.656/98, art. 10, *caput*, art. 12 e art. 35-F;
- g. **Cláusula 3** – deixar de garantir cobertura obrigatória de cirurgia plástica reconstrutiva de mama, em inobservância a Lei nº 9.656/98, art. 10-A, art. 12 e art. 16, inciso VI;
- h. **Cláusulas 3.4.2, 4.2 e 5** - excluir eventos e procedimentos listados no Rol de Procedimentos do Ministério da Saúde, instituído pela CONSU 10/98; em desacordo com a legislação, em inobservância a Lei nº 9.656/98, art. 10, parágrafo 4º, art. 12 e art. 35-F c/c CONSU 10 de 03/11/98, art. 4º,

parágrafo único, art. 5º, parágrafo único c/c RDC 81 de 10/08/01, Anexos c/c RN 82, de 29/09/04, Anexos;

- i. **Cláusula 3.1** – deixar de garantir cobertura de oito semanas anuais de tratamento em regime de hospital-dia para portadores de transtornos psiquiátricos, em inobservância a CONSU 11, de 03/11/98, art. 5º inciso I, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso II e art. 16, inciso VI;
- j. **Cláusula 3.3** - deixar de garantir cobertura estendida para 180 dias por ano em regime de hospital-dia para os diagnósticos F00, F09, F20 a F29, F70 a F79 e F90 a F98, relacionados no CID-10; em inobservância a CONSU 11, de 03/11/98, art. 5º inciso II, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso II e art. 16, inciso VI;
- k. **Cláusula 2.7** – deixar de garantir isenção do cumprimento dos períodos de carência quando da inscrição do recém-nascido como dependente, em inobservância Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso III, alínea *b*;
- l. **Cláusula 2.7 e 2.8** – Deixar de garantir inscrição do recém-nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, isento de carência quando inscrito até 30 dias do nascimento ou adoção, em inobservância a Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso III, alínea *b*;
- m. **Cláusula 2.7 e 2.8** – Deixar de garantir cobertura assistencial ao recém nascido, filho natural ou adotivo do consumidor, ou de seu dependente, durante os primeiros trinta dias após o parto, em inobservância a Lei nº 9.656/98, art. 12, inciso III, alínea *a*;
- n. **Cláusula 2.7** – Deixar de garantir a inscrição de filho adotivo, menor de 12 anos de idade, como dependente, aproveitando os períodos de carência cumpridos pelo adotante, após 30 dias da adoção, em inobservância ao disposto na Lei 9.656/98, artigo 12, inciso VII;
- o. **Cláusula 10.2** – Deixar de garantir a remoção, após realizados os atendimentos de urgência e emergência, quando caracterizada a falta de recursos, ou pela necessidade de internação para o SUS, ou quando o usuário estiver cumprindo carência, em inobservância a CONSU 13, de 03/11/98, art. 7º, *caput*, §§2º e 3º, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 35-C;
- p. **Cláusula 10.2** – Deixar de garantir a disponibilização de ambulância com recursos necessários a garantir a manutenção da vida, só cessando sua responsabilidade quando efetuado o registro do paciente no SUS, quando o usuário estiver em cumprimento de carência, em inobservância aos artigos 12, I, II e 35-C da Lei 9.656/98 c/c artigo 7º parágrafos 2º e 3º da CONSU nº 13/98;
- q. **Cláusula 3** – Deixar de garantir no contrato a descrição adequada dos procedimentos relacionados à doença e lesão preexistente para efeito de cobertura parcial temporária, conforme anexo da RDC 68, nos contratos assinados com portadores de doença e lesão preexistente, em

inobservância ao artigo 4º RDC 68, de 07/05/01, editada com base Lei nº 9.656/98, art. 10, §4º.

- r. **Cláusula 8.3** – Prever a suspensão ou rescisão unilateral dos contratos com consumidores durante a internação hospitalar, em inobservância ao disposto na Lei 9.656/98, artigo 13, parágrafo único, inciso III;
- s. Comercializar os produtos registrados na ANS sob os números 417055/99-5 (HOSA-00) e 417.054/99-7 (VIP-00) em condições operacionais diversas da registrada na ANS, em inobservância ao disposto na CONSU 13 de 03/11/98, art. 5º, editada com base na Lei nº 9.656/98, art. 35-C.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Para dar exato cumprimento às normas que regulamentam o exercício da atividade de comercialização de planos privados de assistência à saúde, nos termos do que estabelece a Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a praticar todos os atos a seguir indicados, sujeitando-se às respectivas multas pecuniárias em caso de descumprimento:

2.1 – Obrigação assumida pela COMPROMISSÁRIA referente à futura comercialização do produto provisoriamente registrado na ANS sob o número 417055/99-5, através do contrato designado HOSA 00:

2.1.1 – Cessar, a partir da data de assinatura do presente Termo até a obtenção do registro definitivo, a utilização de qualquer instrumento contratual que confronte com as obrigações assumidas neste Termo, incluindo a utilização do **Contrato HOSA 00**, para comercialização do produto provisoriamente registrado na **ANS** sob o número 417.055/99-5, caso esse instrumento contratual ainda contenha algum dispositivo em desconformidade com a legislação, como os enumerados na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente Termo.

2.2 – Obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA referente ao aditamento do contrato denominado HOSA 00, por ela comercializado até a data de assinatura do presente Termo:

2.2.1 – Apresentar, para aprovação da **ANS**, mediante correspondência encaminhada à Gerência Geral de Fiscalização Planejada, na Avenida Augusto Severo, nº 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro – CEP 20021-040, **no prazo de 30 (trinta) dias após a obtenção do registro definitivo dos produtos indicados no item anterior**, a minuta para aditamento aos contratos firmados em data anterior à de assinatura do presente Termo em decorrência da comercialização do produto registrado provisoriamente sob o número 417.055/99-5, contemplando todas as alterações promovidas nas disposições contratuais aprovadas no processo de concessão do registro definitivo de tal produto.

2.2.2 – Encaminhar à Gerência Geral de Fiscalização Planejada – GGFIP, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS, **no prazo de 30 (trinta) dias** da aprovação da minuta de aditamento de que trata o item 2.2.1, uma via do aditamento aos contratos em vigor na data da assinatura do presente Termo, nos termos aprovados pela **ANS**.

2.2.3 – Comunicar aos titulares dos contratos em vigor nesta data, **no prazo de 30 (trinta) dias após o encaminhamento de que trata o item anterior**, as alterações promovidas em seu contrato, convocando-os para retirar os respectivos aditamentos em qualquer das regionais da Operadora.

2.2.3.1 – A obrigação assumida neste item deverá ser comprovada mediante apresentação de AR endereçado ao titular do contrato, ou qualquer outra forma que comprove a ciência inequívoca do beneficiário titular, deixando tais comprovantes disponíveis à fiscalização da **ANS** a ser realizada após o encerramento do prazo de vigência deste TCAC.

2.3 – Pelo descumprimento das obrigações assumidas no caput desta cláusula, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita, enquanto perdurar o eventual descumprimento, às seguintes **multas diárias**:

2.3.1 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.1.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.2 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.1, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.3 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.2, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

2.3.4 – Pelo descumprimento da obrigação indicada no item 2.2.3, **multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO DE AJUSTAMENTO DA(S) CONDUTA(S)

O acompanhamento e verificação do cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior serão coordenados pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, com apoio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, em razão de suas competências regimentais.

3.1 – Encerrados os prazos concedidos para ajustamento pleno das condutas e realizadas as diligências necessárias à verificação dos atos praticados pela **COMPROMISSÁRIA**, a Diretoria de Fiscalização elaborará parecer conclusivo e propositivo a ser encaminhado à Diretoria Colegiada.

3.2 – Na hipótese de o parecer elaborado propor o reconhecimento de não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**, será concedido prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, para que esta se manifeste, antes de o processo ser encaminhado para julgamento pela Diretoria Colegiada.

3.3 – Observados os procedimentos estabelecidos nos itens anteriores, o processo será encaminhado à Diretoria Colegiada que deliberará sobre o cumprimento ou não das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

O Processo Administrativo de nº 33902.214726/2003-74 ficará suspenso a partir da data da assinatura do presente Termo e assim permanecerá até que haja decisão quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas no TCAC pela Diretoria Colegiada.

4.1 – Reconhecido o cumprimento integral das obrigações assumidas, o Processo Administrativo Sancionador será julgado extinto e arquivado.

4.2 – Declarado o não cumprimento de qualquer das obrigações, o processo administrativo sancionador que tiver por objeto a investigação de obrigação não cumprida terá sua suspensão revogada, prosseguindo exclusivamente com relação a tal(is) obrigação(ões).

4.3 – Além da revogação de suspensão indicada no item anterior, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será enviado à Procuradoria-Geral da **ANS** para execução judicial, na forma do art. 645 do Código de Processo Civil, das obrigações não cumpridas, bem como do valor correspondente à incidência das multas diárias previstas na Cláusula Segunda, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas pela Diretoria de Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 14 da RDC nº 57/2001, decorrente da infração que vier a ser comprovada no âmbito do processo sancionador.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo passa a vigorar a partir da data de sua assinatura, encerrando sua vigência **90 (noventa) dias** após a concessão pela **ANS** do registro definitivo dos produtos a que se refere o item 2.1.1 supra.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TCAC

Este Termo será extinto com a declaração da Diretoria Colegiada de cumprimento de todas as obrigações nele assumidas, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo de natureza sancionadora que lhe deu origem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE NOVO TCAC

A **COMPROMISSÁRIA** declara-se ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente ajuste implicará, além das medidas indicadas nas cláusulas precedentes, na impossibilidade de celebração de outro Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar do ato de revogação da suspensão do processo administrativo sancionador.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado no Diário Oficial da União em até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura, na forma de extrato, e seu inteiro teor será divulgado na página da **ANS**, no endereço eletrônico <http://www.ans.gov.br>.

E, estando a **COMPROMISSÁRIA** de acordo com as condições aqui estabelecidas, e ciente de que o descumprimento total ou parcial do presente Termo ensejará sua remessa à Procuradoria da **ANS** para execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extrajudicial, é o presente assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

São Paulo, de de 2006.

**UNIMED DE BIRIGÜI – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ELIAS ANTÔNIO NETO**

**UNIMED DE BIRIGÜI – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
EDSON LUIZ BIANOSPINO**

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES**

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTE DE CONDUTA Nº 0349/2006

Pelo presente instrumento, por um lado a **Agência Nacional de Saúde Suplementar**, pessoa jurídica de direito público, autarquia especial vinculada ao Ministério da Saúde, neste ato representada por seu Diretor de Fiscalização, Dr. Eduardo Marcelo de Lima Sales, doravante denominada **ANS**, e por outro lado a operadora de planos privados de assistência à saúde denominada **Unimed de Birigui Cooperativa de Trabalho Médico**, inscrita no CNPJ sob o nº 65.732.836/0001-26, com sede na cidade de Birigui, na Praça Américo Fiorotto, nº 310, Centro, São Paulo, neste ato representada seu Diretor Presidente Sr. Elias Antônio Neto, brasileiro, separado, médico, portador da cédula de identidade nº 49.008 expedido pelo CRM, inscrito no CPF sob o nº 063.692.668-09 e por seu Diretor Superintendente Sr. Edson Luiz Bianospino, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 8.023.411, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 055.776.768-78, com poderes para firmar compromissos em nome da operadora, nos termos da Ata de Assembléia Geral Ordinária e do Estatuto Social, documentos estes juntados aos autos do Processo Administrativo de nº 33902.155536/2005-70, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**, com fundamento no inciso XXXIX do artigo 4º da Lei 9.961, de 28 de janeiro de 2000, combinado com o artigo 29 da Lei nº 9.656 de 03 de junho de 1998, e na forma da Resolução de Diretoria Colegiada – RDC n.º 57, de 19 de fevereiro de 2001,

considerando que a **ANS**, na forma de suas competências legais, está autorizada a celebrar, no âmbito dos processos administrativos sancionadores, compromisso de ajuste de conduta, conforme disposto no parágrafo 1º do art. 29 da Lei nº 9656/1998;

considerando a existência do Processo Administrativo de caráter sancionador, instaurado sob o nº 33902.214726/2003-74, com o objetivo de apurar conduta infrativa imputada à **COMPROMISSÁRIA**;

considerando a necessidade de adequação da conduta em apuração no referido processo às normas estabelecidas pela Lei 9.656/98 e sua regulamentação, bem como a necessidade de se evitar a prática reiterada desta conduta por parte da **COMPROMISSÁRIA**, objetivando-se, assim, atender ao interesse público visado com a regulação do mercado de saúde suplementar;

considerando, finalmente, o interesse da **COMPROMISSÁRIA**, ainda que não reconheça a ilicitude da conduta em apuração, em assumir obrigações positivas e negativas que assegurem sua plena regularização perante esta Agência Reguladora;

resolvem celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, aprovado pela Diretoria Colegiada da **ANS** na 147ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 2006, de acordo com as cláusulas e condições que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Este Termo tem por objeto o ajustamento de conduta em apuração no Processo Administrativo nº 33902.214726/2003-74, instaurado em decorrência do procedimento do Programa Olho Vivo pela Gerência-Geral de Fiscalização Planejada/DIFIS, resultando na lavratura do Auto de Infração de n.º 11038, em razão da constatação de não oferecimento do Plano Referência na forma estabelecida no parágrafo 2º do art. 12 da Lei nº 9656/98.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA COMPROMISSÁRIA

Para dar exato cumprimento às normas que regulamentam o exercício da atividade de comercialização de planos privados de assistência à saúde, nos termos do que estabelece a Lei nº 9.656/98 e sua regulamentação, a **COMPROMISSÁRIA** obriga-se a oferecer o plano referência, incluindo nos documentos que utiliza para comercialização de seus produtos a declaração em separado do consumidor de que tem conhecimento da existência e disponibilidade do plano referência, conforme exigido pelo parágrafo 2º do art. 12 da Lei nº 9.656/98, encaminhando cópia do respectivo documento à **ANS, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da assinatura do presente Termo**, mediante correspondência endereçada à Gerência Geral de Fiscalização Planejada – GGFIP, da Diretoria de Fiscalização – DIFIS na Avenida Augusto Severo, nº 84, 11º andar, Glória, Rio de Janeiro – CEP 20021-040.

2.1 – Pelo descumprimento da obrigação assumida no caput desta cláusula, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita, enquanto perdurar o descumprimento, à multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PROCESSO DE AJUSTAMENTO DA(S) CONDUTA(S)

O acompanhamento e a verificação do cumprimento das obrigações assumidas na cláusula anterior serão coordenados pela Diretoria de Fiscalização - DIFIS, com apoio da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos – DIPRO, em razão de suas competências regimentais.

3.1 – Encerrado o prazo concedido para ajustamento pleno da conduta e realizadas as diligências necessárias à verificação dos atos praticados pela **COMPROMISSÁRIA**, a Diretoria de Fiscalização elaborará parecer conclusivo e propositivo a ser encaminhado à Diretoria Colegiada.

3.2 – Na hipótese de o parecer elaborado propor o reconhecimento de não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**, será concedido prazo de 10 (dez) dias, contados da data da intimação, para que esta se manifeste, antes de o processo ser encaminhado para julgamento pela Diretoria Colegiada.

3.3 – Observados os procedimentos estabelecidos nos itens anteriores, o processo será encaminhado à Diretoria Colegiada que deliberará sobre o cumprimento ou não das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

CLÁUSULA QUARTA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR

O Processo Administrativo de nº 33902.214726/2003-74 ficará suspenso a partir da data da assinatura do presente Termo e assim permanecerá até que haja decisão quanto ao cumprimento das obrigações estabelecidas no TCAC pela Diretoria Colegiada.

4.1 – Reconhecido o cumprimento integral das obrigações assumidas, o Processo Administrativo Sancionador será julgado extinto e arquivado.

4.2 – Declarado o não cumprimento de qualquer das obrigações, o processo administrativo sancionador que tiver por objeto a investigação de obrigação não cumprida terá sua suspensão revogada, prosseguindo exclusivamente com relação a tal obrigação.

4.3 – Além da revogação de suspensão indicada no item anterior, o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta será enviado à Procuradoria-Geral da **ANS** para execução judicial, na forma do art. 645 do Código de Processo Civil, da obrigação não cumprida, bem como do valor correspondente à incidência da multa diária prevista no item **2.1** da Cláusula Segunda, sem prejuízo das penalidades a serem aplicadas pela Diretoria de Fiscalização, de acordo com o disposto no art. 14 da RDC nº 57/2001, decorrente da infração que vier a ser comprovada no âmbito dos processos sancionadores.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO TCAC

Este Termo será extinto com a declaração da Diretoria Colegiada de cumprimento de todas as obrigações nele assumidas, com o conseqüente arquivamento do processo administrativo de natureza sancionadora que lhe deu origem.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO DE NOVO TCAC

A **COMPROMISSÁRIA** declara-se ciente de que o descumprimento de qualquer das obrigações assumidas no presente ajuste implicará, além das medidas indicadas nas cláusulas precedentes, na impossibilidade de celebração de outro Termo de Compromisso de Ajuste de Conduta, pelo prazo de 02 (dois) anos, a contar do ato de revogação da suspensão do processo administrativo sancionador.

CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

Este Termo será publicado no Diário Oficial da União em até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura, na forma de extrato, e seu inteiro teor será divulgado na página da **ANS**, no endereço eletrônico <http://www.ans.gov.br>.

E, estando a **COMPROMISSÁRIA** de acordo com as condições aqui estabelecidas, e ciente de que o descumprimento total ou parcial do presente Termo ensejará sua remessa à Procuradoria da **ANS** para execução judicial das obrigações dele decorrentes como título executivo extrajudicial, é o presente assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para os fins de direito.

São Paulo, de de 2006.

**UNIMED DE BIRIGÜI – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
ELIAS ANTÔNIO NETO**

**UNIMED DE BIRIGÜI – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO
EDSON LUIZ BIANOSPINO**

**AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS
EDUARDO MARCELO DE LIMA SALES**